

# MPDF questiona lei que utiliza imóveis para capitalizar BRB

Segundo procuradores, o texto ignora exigências da Lei Orgânica

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília

Por Isabel Dourado

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), nesta segunda-feira (6), contra a lei nº 7.845/2026 que autoriza o Governo do Distrito Federal a usar imóveis para capitalização do caixa do Banco de Brasília (BRB). A medida foi ajuizada no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Na ADI, que conta com pedido de medida liminar, a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) do MPDFT “reconhece que o fortalecimento financeiro do BRB constitui objetivo de indiscutível importância pública e social. No entanto, para o Ministério Público, a salvaguarda da instituição, por mais essencial que seja, não pode ocorrer em desrespeito a preceitos constitucionais nem à proteção do patrimônio público, urbanístico e ambiental do Distrito Federal”, afirma a decisão.

Ainda de acordo com o MPDFT, a aprovação da lei não seguiu o devido processo durante a tramitação legislativa, o que comprometeu a transparência e o controle por parte da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). O MPDFT ressalta que a lei permite a transferência de imóveis públicos sem levar em consideração os requisitos legais, como por exemplo, a comprovação do interesse público, a rea-



Lei define que nove imóveis podem ser utilizados na capitalização do Banco de Brasília (BRB)

lização de avaliação prévia dos bens e a promoção de audiência pública com a população interessada - exigências previstas na Lei Orgânica do DF.

Outro ponto destacado pelo Ministério Público é a vasta autorização para a transferência e uso de bens públicos, inclusive de empresa estatais, como a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), sem estabelecer critérios objetivos ou indicar uma delimitação clara.

Além disso, o órgão ressalta que não foram apresentados estudos sobre os impactos patrimoniais para as entidades envolvidas.

## Serrinha do Paranoá

Outro ponto da Ação Direta de Inconstitucionalidade é a ausência de análise e estudos de impacto ambiental na destinação dos imóveis. A Procuradoria ressalta que parte das áreas envolvidas apresenta relevância ecológica direta para a população do DF, especialmente a Serrinha do Paranoá, uma das áreas listadas na Lei que socorre o BRB. O

MPDFT reforça que a Serrinha integra área de recarga hídrica crucial para o abastecimento de água do DF. “Destinar essa área sem estudos prévios e sem participação da sociedade representa risco concreto e potencialmente irreversível para toda a população, independentemente do debate sobre a situação financeira do banco”, afirma a decisão. Na última quarta-feira (1º) a governadora do Distrito Federal, Celine Leão (PP), anunciou a retirada de parte da área da Serrinha do Paranoá do plano de capitalização do BRB. A medida tinha sido proposta pelo ex-governador Ibaneis Rocha (MDB).

## DF: triplicam os resgates de animais de grande porte

O número de apreensões de equinos e bovinos soltos no Distrito Federal triplicou desde 2019 e segue elevado em 2026, segundo a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF).

No período, mais de 2 mil animais foram recolhidos e 631 destinados à adoção.

Apenas neste ano, já são 196 apreensões e 78 encaminhamentos, impulsionados pelo aumento de denúncias e pela ampliação das ações de resgate. O recolhimento busca reduzir acidentes, evitar riscos sanitários e retirar animais abandonados, além de diminuir impactos no trânsito e danos a áreas urbanas.

O crescimento ganhou força a partir de 2024, quando o total anual passou de 252 para 466 casos. As destinações acompanharam o avanço, com 156 registros naquele ano. Em 2019, foram 44 encaminhamentos, número que chegou a 175 em 2025. A criação da Subsecretaria de Proteção aos Animais de Produção (Suproa), em 2025, reforçou o trabalho de resgate, acolhimento e monitoramento, além de ampliar políticas públicas voltadas ao tema e organizar a atuação das equipes em campo.

Após o recolhimento, os animais passam por triagem no curral da Seagri-DF. Muitos chegam com sinais de abandono, desnutrição ou ferimentos. Casos mais graves são encaminhados ao Serviço Veterinário Público ou ao Hospital Veterinário da UnB.

Os demais seguem em recuperação até estarem aptos para novo destino. O órgão também oferece transporte até a propriedade e orientação inicial aos responsáveis, com acompanhamento nos primeiros cuidados após a entrega. O processo de adoção exige cadastro e avaliação dos interessados. A disponibilidade pode ser acompanhada por canais digitais, com possibilidade de espera.

Atualmente, 15 animais estão disponíveis. A população pode acionar a pasta pelos telefones (61) 3347-8019 e (61) 98325-0369 para informar ocorrências.

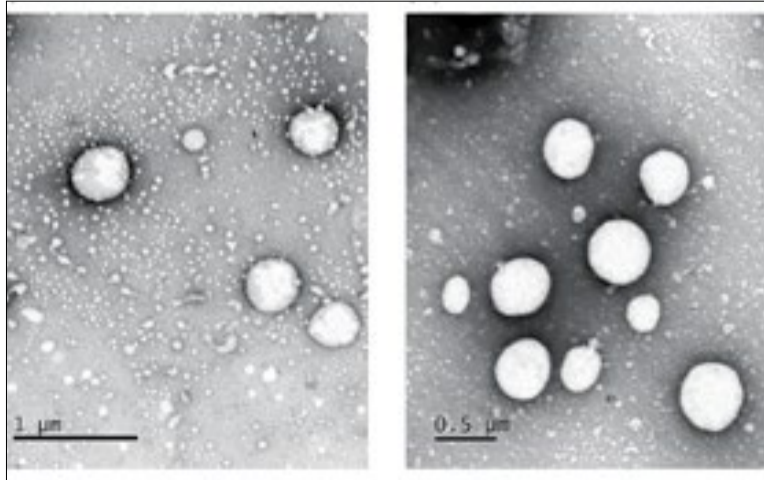
As ações podem contar com apoio do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) e do Brasília Ambiental em situações específicas, conforme a necessidade de cada atendimento.

## Estudo da UnB está desenvolvendo uma técnica para tratar o melanoma

Uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) está desenvolvendo um tratamento para melanoma com aplicação direta na pele, utilizando estruturas microscópicas para levar o medicamento ao local do tumor.

O estudo conta com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e busca aumentar a eficácia da terapia e reduzir os efeitos no organismo.

A proposta utiliza o fármaco ibrutinib, que apresenta limitações quando administrado por via oral, como baixa absorção e risco de toxicidade. A tecnologia emprega carreadores lipídicos nanoestruturados, que funcionam como veículos para transportar a substância ativa. Essas estruturas permitem atravessar a barreira da pele, alcançar camadas mais pro-



Projeto usa aplicação local com estruturas microscópicas

fundas e liberar o conteúdo de forma controlada.

Com isso, o tratamento se concentra na área afetada, evitando a dispersão pelo corpo.

Os testes foram realizados em laboratório com modelos que si-

mulam a pele humana e culturas celulares de melanoma.

Essa etapa permitiu avaliar a penetração do medicamento e sua ação sobre o tumor. Os resultados indicam a viabilidade da estratégia e apontam avanço no

desenvolvimento da solução.

A pesquisa está entre os níveis TRL 5 e 6, o que indica validação em ambiente relevante e progressão para fases mais próximas da aplicação prática. Além do melanoma, a tecnologia pode ser adaptada para outros tipos de câncer de pele e produtos dermatológicos. As próximas etapas incluem testes em modelos animais, ajustes na formulação e ampliação da produção.

O apoio da FAPDF viabilizou a compra de equipamentos, manutenção da estrutura e concessão de bolsas, permitindo a continuidade das atividades de pesquisa no Distrito Federal.

Os resultados vêm sendo publicados em periódicos internacionais, como o International Journal of Pharmaceutics.

Divulgação/FAPDF